



# SINDOJUS/MG Informa

Informativo do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais - SINDOJUS/MG/Nº 22/março de 2023

## UNIÃO, VALORIZAÇÃO E LUTA!



III CONOJUS | Páginas 6 e 7

### FORÇAS RENOVADAS E MAIS CONQUISTAS VISLUMBRADAS PARA O 3º ANO DE GESTÃO

*A gestão União, Valorização e Luta (UVL), durante o segundo ano na direção do SINDOJUS/MG, alcançou importantes conquistas para a categoria dos Oficiais de Justiça.*

| Página 3

### III ENCONTRO DE DELEGADOS FORTIFICA A UNIÃO, VALORIZAÇÃO E LUTA DA CATEGORIA

*A terceira edição do Encontro de Delegados foi marcada pela renovação das perspectivas da categoria. Com o tema "União, Valorização e Luta", lema que guiou a diretoria sindical desde o lançamento da chapa, os importantes debates fomentados tiveram o objetivo de permitir a superação de desafios...*

| Página 8 e 9

### TRABALHOS DA FPO EM 2022 E PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA LEGISLATURA

*Ao longo de 2022 houve atuação em diversos projetos para aprimorar e valorizar as atividades dos Oficiais de Justiça com o objetivo de elevar a qualidade e efetividade da prestação jurisdicional para o cidadão.*

| Página 11

# UNIÃO, VALORIZAÇÃO E LUTA!

Ao final de mais um ano de mandato começamos a colher os frutos das sementes semeadas durante os primeiros meses de 2022.

Primeiramente gostaria de iniciar lembrando aos colegas Oficiais de Justiça que, nós Servidores Públicos, estamos convivendo nos últimos 04 (quatro) anos com a insegurança, que vêm sendo provocada pelas inúmeras propostas legislativas prejudiciais ao serviço público. No judiciário, a realidade dos Oficiais de Justiça não se mostrava diferente neste período. Convivemos há anos com a tentativa de extinção de nosso cargo em alguns estados de nosso país e de esvaziamento de nossas funções.

No âmbito estadual, continuaremos com o desafio de enfrentar nas galerias da ALMG as propostas do Governo Estadual do partido NOVO. Um Governo que defende a bandeira do Estado Mínimo.

A Diretoria do SINDOJUS/MG continuará participando dos grupos de enfrentamento as políticas propostas pelo atual Governo Estadual em conjunto às demais entidades e centrais sindicais mineiras, ajudando assim, a fortalecer uma frente ampla para barrar as propostas prejudiciais aos servidores públicos como por exemplo a adesão do estado a RRF (Regime de Recuperação Fiscal), que trará efeitos danosos aos servidores públicos, com congelamento de salários e da carreira, proibição de concursos públicos, precarização do trabalho e até mesmo supressão de alguns direitos, como quinquênio, trintenário, ADE e férias-prêmio.

Mas, os efeitos vão além, afetando ainda toda a população mineira. O Estado de Minas Gerais perderá autonomia política e financeira, ficando proibido de fazer investimentos sociais e precarizando o atendimento à população carente.

Contudo, também tivemos pontos positivos durante o ano, trabalhamos bastante em 2022, entre as pautas em Brasília, na ALMG e com o Tribunal, realizamos uma parceria com a EJEJ e o TJMG para a realização do nosso congresso em conjunto com a FESOJUS, o III-CONOJUS, um evento ímpar na história do oficialato

mineiro e nacional. No congresso contamos com a presença e participação de colegas de todo o país, reunimos diversos Palestrantes, entre eles Políticos, Juízes e Desembargadores do TJMG e ainda fomos abrilhantados com a participação do Prof. Dr. Carlos Ayres Britto, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que abriu o III Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça (CONOJUS). Na ocasião, o eminente jurista abordou a DEMOCRACIA como princípio maior da Constituição Brasileira.

Essa demonstração da importância de nossa carreira para o judiciário nos abriu vários caminhos e, após quase 09 (nove) anos, conseguimos junto a administração do TJMG a realização do concurso público 01/2022 que trouxe 59 vagas para o cargo de Oficial Judiciário – especialidade Oficial de Justiça. Neste cenário de valorização, obtivemos ainda a vitória nos pedidos de recálculo da lotação paradigma determinada pela resolução 219 do CNJ, ocorrendo um acréscimo de quase 100 (cem) vagas no edital de remoção 03/2022.

Temos a convicção de que em 2023 será possível a realização de um grande trabalho para se alcançar resultados efetivos no que diz respeito à valorização dos Oficiais de Justiça. A união da categoria ao sindicato é um fator imprescindível para o atual cenário de luta pelos direitos dos Oficiais de Justiça mineiros.

Deixo aqui meu abraço a todos os colegas Oficiais de Justiça mineiros e também um pedido: sempre que convocados venham ajudar o nosso sindicato nas lutas.



**- Eduardo Rocha Mendonça de Freitas**  
Diretor Geral do SINDOJUS/MG

# FORÇAS RENOVADAS E MAIS CONQUISTAS VISLUMBRADAS PARA O 3º ANO DE GESTÃO

Comunicação SINDOJUS/MG

A gestão União, Valorização e Luta (UVL), durante o segundo ano na direção do SINDOJUS/MG, alcançou importantes conquistas para a categoria dos Oficiais de Justiça. Em meio aos incontáveis desafios apresentados no ano de 2022, as entidades sindicais, juntamente com servidores mobilizados, mantiveram-se firmes e atuantes para garantir o avanço dos pleitos dos trabalhadores.

Durante este período, ameaças, instabilidades, cortes e sucateamentos rondavam o serviço público e foram enfrentados por meio do fortalecimento da base e intensas articulações políticas desempenhadas pelos líderes sindicais, que possibilitaram alcançar resultados positivos.

Pela atuação pautada sobretudo na conciliação e no franco diálogo, as datas-bases 20, 21 e 22, as promoções verticais, o fim da limitação da suspensão das férias regulamentares e a possibilidade do gozo das férias prêmio, sem necessariamente ter gozado as férias regulamentares, a continuidade do pagamento do plantão, com a possibilidade de solicitar o saldo do banco de horas para indenização, o aumento do número de vagas disponibilizadas para remoção com o recálculo do quantitativo da Resolução 219 do CNJ, foram exemplos de importantíssimas conquistas alcançadas neste período.

Além disso, grandes marcos foram atingidos, como o histórico e mais expressivo aumento de todos os tempos na verba indenizatória de transporte, equivalente a 30%, o qual amenizou, naquele determinado momento, as necessidades da categoria em um cená-

rio tomado pela insuficiência. No mesmo contexto, a incansável luta sindical impulsionou o tão necessário e aguardado concurso para provimento de vagas do quadro de pessoal dos Servidores do Poder Judiciário – com inclusão da especialidade de Oficial de Justiça.

Em um dos anos de maiores desafios para os servidores de todo o país, o SINDOJUS/MG alcançou o marcante feito de promover, com brilhantismo, dois importantes eventos, o III CONOJUS – Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça – e o III Encontro de Delegados. As convenções foram realizadas com o objetivo comum de fomentar a união em prol do fortalecimento da luta contra os grandes desafios enfrentados.

São diversas ações que fazem do SINDOJUS/MG uma entidade forte e reconhecida nas causas dos Oficiais de Justiça do Tribunal de Justiça mineiro. Muito ainda precisa ser feito, por isso, neste terceiro e último ano desta gestão, temos a confiança de que muitas conquistas serão obtidas com união, empenho e muita dedicação.

A Diretoria do SINDOJUS/MG externaliza os sinceros agradecimentos a todos os Oficiais de Justiça sindicalizados, que permanecem conosco e fazem do nosso sindicato um símbolo de atuação e representatividade!

Neste ano de 2023, por meio do planejamento estratégico e o apoio dos Oficiais de Justiça mineiros, os líderes sindicais vislumbram conquistas históricas para a categoria. Sigamos juntos!



**SINDOJUS/MG Informa**

*Publicação do Sindicato dos Oficiais de Justiça*  
Avaliadores do Estado de Minas Gerais – SINDOJUS/MG

📍 R. Mato Grosso, 539 | Sl. 601 | Barro Preto | BH | 30.190-082 |  
🌐 [sindojusmg.org.br](http://sindojusmg.org.br) | ✉ [comunicacao@sindojusmg.org.br](mailto:comunicacao@sindojusmg.org.br) |  
📘 [fb.com/sindojusmg](https://fb.com/sindojusmg) | 📷 [instagram.com/sindojus\\_mg](https://instagram.com/sindojus_mg) |  
🐦 [twitter.com/sindojusmg](https://twitter.com/sindojusmg) | 📞 3199931-0387 | 📠 312514-0347

#### DIRETORIA EXECUTIVA

**D. GERAL:** Eduardo Rocha Mendonça de Freitas | Juiz de Fora  
**D. GERAL:** Gismard Euzébio Gomide Guimarães | Rio Piracicaba  
**D. GERAL:** Jocilan Andrade dos Santos | Stª Mª do Suaçuí

#### CONSELHO DE DIRETORES

**D. ADMINISTRATIVO:** Marcelo Abeilard A. L. Andrade Goulart | Viçosa  
**D. FINANCEIRO:** Márcio Aurélio de Almeida Cordeiro | Stª Luzia  
**D. JURÍDICO:** José Adélcio Ferreira | Betim  
**D. COMUNICAÇÃO:** Fábio Ricardo Silva Gonçalves | Uberaba  
**SUPLENTE:** Andréa Fernandes de Almeida | Belo Horizonte  
**SUPLENTE:** Elaine Mancilha Santos | Cambuquira  
**SUPLENTE:** Jackson Souza Amaral | Manhuaçu

#### CONSELHO FISCAL

**C. FISCAL:** Mary Lane Furtado Saba | Belo Horizonte  
**C. FISCAL:** Sebastião de Assis Vitorino | Uberlândia  
**C. FISCAL:** Vinícius Henrique Carvalho Araújo | Santa Luzia  
**C. FISCAL SUPLENTE:** Marcos Antônio Machado Ferreira | Uberlândia

**ANALISTA DE COMUNICAÇÃO:** Victor Gaspar do Nascimento Cruz

# VALORIZAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA

*Valdir Batista da Silva*

O século XXI tem sido marcado por transformações no mercado de trabalho e nas relações entre trabalhadores e produtos do trabalho. O produto final deve ser orientado para satisfação das necessidades dos que produzem e daqueles que consomem ou demandam os produtos.

Quando falamos do Oficial de Justiça, vêm à memória as diligências, o caminho percorrido desde a emissão de uma ordem judicial emanada do juízo, de um mandado que nasce de uma petição, de uma denúncia, de um despacho, de uma sentença e das mais diversas decisões e atos ao longo do processo até atingir seu fim: fazer justiça, distribuir a justa medida entre as partes ao longo do Devido Processo Legal.

No Estado Democrático de Direito, as soluções dos conflitos havidos entre as partes precisam passar pelo Devido Processo Legal, onde os litigantes têm o direito ao contraditório e à ampla defesa até seu desfecho final, na busca de se fazer justiça sem ser justiceiro, mas com a distribuição do justo.

Ao longo de dezenas de anos vividos no cargo ou na função de Oficial de Justiça, vão ficando as lições da vida, com o tempo que se dedica em cada processo, dos mais simples aos complexos (com as partes soltas ou presas), da Comunicação dos Atos Processuais (Da Forma, do Tempo e do Lugar), das tutelas do Direito, dos atos de constrição de coisas e de pessoas, de execução e demais atos do processo praticados com as partes, em desfavor das partes ou pelos sujeitos do processo, com a observância da Constituição da República, dos tratados internacionais, dos códigos de Processo Civil, Penal, leis e provimentos dos tribunais.

A principal lição aprendida é que a inovação no setor público é fundamental para o avanço da inclusão social. O Poder Judiciário é responsável por levar a justiça às pessoas e não pode deixar ninguém fora dessa missão.

Nesta esteira podemos colocar o projeto da Conciliação em Domicílio como possibilidade do Oficial de Justiça atuar como parceiro da concilia-

ção, iniciado em 2020, na Comarca de Governador Valadares - MG, e agora expandido para todas as comarcas das Minas Gerais pela Portaria Conjunta 1445/PR/2023, pois as Minas e as Gerais são várias.

O êxito deste e de outros projetos está ligado e vinculado à valorização do cargo de Oficial de Justiça, a começar pela necessária qualificação permanente e continuada de nossa mão de obra, como o requisito para ingresso no cargo do nível superior em Direito, a disponibilização de equipamentos técnicos eficientes em número compatível e proporcional aos números de profissionais, bem como garantir espaços físicos e virtuais para o trabalho dos Oficiais de Justiça, vez que muitos fóruns ainda estão desprovidos de salas para os Oficiais de Justiça realizar os trabalhos operacionais e de inteligência para preparar, realizar e finalizar suas diligências.

Para nós mineiras (os), valorização precisa começar a partir da própria categoria; do TJ/MG e considerando os desafios existentes.

Uma correta gestão dos recursos humanos precisa ser orientada e atualizada com os desafios entre pessoal e demandas das comarcas.

O cuidado com a saúde física e mental dos Oficiais de justiça, precisa ser balizada com expansão da jornada de quarenta horas semanais para toda a categoria, em virtude das novas atribuições com atuação no PJE, no projeto da Conciliação em Domicílio e do desempenho eficiente das atribuições previstas no art. 154 do CPC.

A remuneração das diligências rurais e urbanas precisa ser justa e reajustada, regularmente, por índices que considerem os reais custos e gastos havidos com a aquisição e manutenção dos veículos para cumprimentos dos mandados.

Valorização da categoria dos Oficiais de Justiça vai além de apenas “dinheiro no bolso”, que é muito bem-vindo, mas ações efetivas que preservem a saúde física, mental e financeira de todas (os).

# SOBRE O COLUNISTA

**Valdir Batista da Silva** é formado em Direito, Filosofia e Administração de Empresas. Oficial de Justiça do TJMG, atuou como Diretor Administrativo e Diretor Geral do SINDOJUS/MG a fim de somar forças na luta pela defesa da nossa categoria profissional, a segurança de todos e a melhoria na qualidade de vida do servidor público e do serviço prestado.



## CAMISA, DISTINTIVO E PORTA DOCUMENTO FUNCIONAL *Oficial de Justiça*

**Confira os  
modelos e valores  
pelo whatsapp:  
(31) 99891-3583**



PODER JUDICIÁRIO  
OFICIAL DE JUSTIÇA



SINDOJUS/MG

PODER JUDICIÁRIO  
OFICIAL DE JUSTIÇA

[sindojusmg.org.br](http://sindojusmg.org.br)

Observação: imagem ilustrativa

# III CONOJUS: UM MARCO SOBRE A RELEVÂ

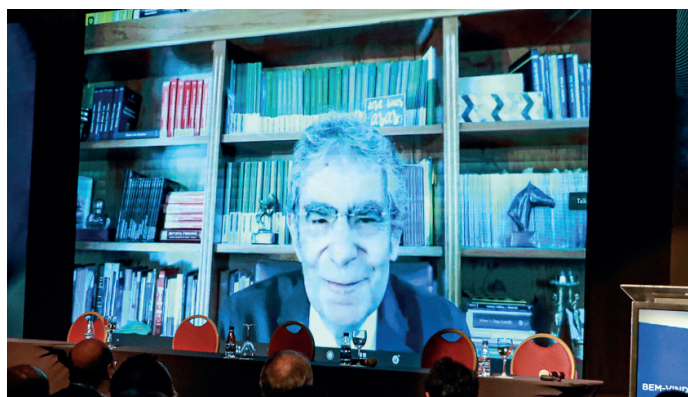
Comunicação SINDOJUS/MG

O primeiro dia do III CONOJUS debateu temas relevantes para os Oficiais de Justiça. A mesa de abertura contou com as presenças do presidente da FESOJUS-BR João Batista Fernandes e do Diretor Geral do SINDOJUS/MG Eduardo Rocha, bem como do juiz auxiliar da Corregedoria do TJMG Adriano Zocche, dos deputados federais Rogério Correia e Charlles Evangelista, do Oficial de Justiça argentino Omar Eduardo Ruiz, membro da diretoria nacional da União de Empregados Judiciais da Nação Argentina (UEJN) e da deputada estadual Delegada Sheila.



Após as falas iniciais, o primeiro tema abordado na quinta-feira (24) foi A Democracia como princípio maior da Constituição Brasileira. Para falar sobre o tema, o convidado foi o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal e professor Carlos Ayres Britto.

Em uma participação remota, o magistrado apresentou o conceito democrático no Brasil no que se refere à supremacia popular e enfatizou que todos os demais princípios constitucionais brasileiros são norteados pela Democracia Representativa.



Logo após, representantes do UNOJUS – Instituto Nacional dos Oficiais de Justiça Leon Prata Neto – Daniel Amin Ferraz, Advogado e Coordenador Jurídico do instituto, Fernanda Garcia Gomes, Diretora Financeira do SINDOJUS/CE e do UNOJUS, Gerardo Alves Lima Filho, Presidente do SINDOJUS/DF e Diretor Executivo do UNOJUS, ministraram palestra sobre as atividades perante a FPO – Frente Parlamentar dos Oficiais de Justiça – no Congresso Nacional e os importantes avanços proporcionados à categoria.

Participaram ainda de forma remota 3 dos 213 Deputados que compõe a FPO, comprometidos com a valorização das atividades dos Oficiais de Justiça, sendo eles os Deputados Federais André Figueiredo, Fábio Henrique e João Campos. Na oportunidade, expuseram os projetos que se encontram em tramitação no Congresso atualmente e ressaltaram, todos eles, o empenho e a dedicação que estão direcionando à Frente Parlamentar em defesa dos interesses dos Oficiais de Justiça, perante a qual todos os componentes têm o firme propósito de obter avanços e sanar injustiças históricas que vêm sendo impostas à categoria. O Congresso também foi contemplado com a exposição de vídeo do Deputado Federal Ricardo Silva, relevando todo o trabalho, sua necessidade e benefícios para a classe.



No período da tarde, o Direito digital, segurança e privacidade foram apresentados pela Oficiala de Justiça do Estado de Goiás Carolina Rosa Santos e pelo Engenheiro de Segurança da Informática Claudio Joel Brito Lóssio.

# EXISTÊNCIA DA FUNÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA

Na oportunidade, foi apresentado um amplo contexto de informações sobre a evolução tecnológica e a revolução cibernética, bem como as novas ferramentas e os recursos a serem utilizados no dia a dia da profissão, além do arcabouço normativo e principiológico que sustenta a proteção de dados, a exemplo da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

A saúde mental do oficialato também foi tratada no primeiro dia de CONOJUS em Minas Gerais. Sobre o tema, o juiz de Direito Marcos Alberto Ferreira tratou do lado humano do Oficial de Justiça, que trabalha solitário, sob riscos físicos e psicológicos nas ruas.



O último tema da quinta-feira foi a Nova Lei do Abuso de Autoridade e a aplicação prática dos dispositivos da norma no dia a dia do Oficial de Justiça, inclusive com questionamentos sobre os possíveis riscos de interpretação da lei na atividade.

Em vigor desde 3 de janeiro de 2020, a Lei nº 13.869 substituiu a então Lei de Abuso de Autoridade (nº 4.898/1995), definindo os crimes cometidos por agente público, servidor ou não, “que, no exercício das funções ou a pretexto de exercê-las, abuse do poder que lhe tenha sido atribuído”.

A análise da Lei foi feita pelo Juiz da 3ª Vara de Tóxicos, Organizações Criminosas e Lavagem de Capitais de Belo Horizonte, Dr. Thiago Colnago Cabral e pelo Oficial de Justiça da comarca de BH, Dr. André Pedrolli Serretti. A mediação do último painel foi feita pelo Oficial de Justiça Pedro

Gonçalves Braga, da comarca de Contagem.

O SINDOJUS/MG, dádiva do oficialato mineiro nos dias atuais, é resultado de um trabalho bi-decenal realizado por homens e mulheres que, por meio de seus acertos e aprendizados, se dedicaram e ainda dedicam, sacrificando muitas vezes suas próprias concepções e objetivos pessoais, em prol de uma evolução plena do interesse comum da classe à qual pertencem.

A luta sindical nunca foi fácil, mas é por meio dela que as reivindicações e direitos da categoria serão conquistados! Pautada sobretudo no diálogo, na união, no trabalho coletivo e na transparência, a cada passo bem-sucedido rumo às conquistas tão almejadas, renovam-se as esperanças de, juntos, a base da categoria, sob a regência da entidade sindical, alcançarem as soluções tão necessárias.



A Diretoria e Conselho Fiscal do SINDOJUS/MG, gestão “UNIÃO, VALORIZAÇÃO E LUTA”, parabenizam a todos(as) os(as) colaboradores(as) e Oficiais(las) de Justiça que se dispuseram a escrever a história do oficialato mineiro, com sua importante contribuição no cenário nacional, ao longo desses vinte anos de existência sindical, com união, muitas lutas e importantes vitórias!

Parabéns a toda a categoria! Parabéns SINDOJUS/MG, pelos 20 anos de história, cravada na eterna e importante memória do sindicalismo nacional!

# III ENCONTRO DE DELEGADOS FORTIFICA A U

Comunicação SINDOJUS/MG

A terceira edição do Encontro de Delegados foi marcada pela renovação das perspectivas da categoria. O evento, promovido pelo SINDOJUS/MG no dia 20 de agosto de 2022, no hotel Mercure, em Belo Horizonte/MG, reuniu representantes do oficialato de diversas comarcas do Estado de Minas Gerais para debater e construir o fortalecimento do elo entre o sindicato e a base. Com o tema “União, Valorização e Luta”, lema que guiou a diretoria sindical desde o lançamento da chapa que atualmente a compõe, os importantes debates fomentados tiveram o objetivo de permitir a superação de desafios e promover o desenvolvimento da classe.



Os Delegados e as Delegadas Sindicais participantes abrilhantaram este importante evento com muita energia, envolvimento e relevantes contribuições nos debates em torno da temática proposta, que foi pautada na divisão e exploração do tema, aplicada a cada um de seus três importantes eixos: o aprimoramento da UNIÃO, da VALORIZAÇÃO e da LUTA da categoria.



## UNIÃO

A formação sindical possui salutar implicação no espírito classista e de união de qualquer categoria ou grupo de trabalhadores, e é uma das principais áreas de atuação do DIEESE. Dessa forma, por meio da rica exposição realizada pela Prof<sup>a</sup>. Maria de Fátima, economista, técnica do DIEESE, foi possível destacar a importância de se utilizar o conhecimento científico a serviço do movimento sindical, na luta em defesa da categoria, a fim de produzir e apropriar o conhecimento produzido, visando à transformação da realidade do oficialato mineiro. Em outras palavras, os participantes puderam assimilar o quanto é imprescindível promover a mediação de conhecimentos acumulados pela vivência da longa manuseio da justiça em sua base, para construir novos significados que sejam compartilhados a toda a categoria e consolidem o embasamento necessário para ações conjuntas em busca das melhorias conclamadas.



***O(A) Delegado(a) Sindical é um alicerce fundamental na estrutura do sindicato e seu trabalho contribui diretamente para que a luta se mantenha viva.***



# UNIÃO, VALORIZAÇÃO E LUTA DA CATEGORIA

## VALORIZAÇÃO

O cenário nacional do oficialato foi abordado pelo Presidente do SINDOJUS/DF e Diretor Executivo do UNOJUS – Instituto Nacional dos Oficiais de Justiça, Gerardo Alves Lima Filho, sob uma concepção de avanço. Tal fato se deve ao evolutivo trabalho da FPO no Congresso Nacional, com o auxílio de uma grande estrutura, com experiência em consultoria legislativa, realizada pelo UNOJUS, o que tem possibilitado a Oficiais e Oficiais de Justiça terem muito mais força e capacidade de articulação perante as esferas do Poder Público nacional. Após as explanações, que discorreram sobre o incessante trabalho para que pleitos justos e necessários da categoria sejam finalmente atendidos, bem como sobre as demonstrações de estar cada vez mais próxima a conquista de que a classe seja amplamente reconhecida, com base nas suas relevantes atribuições, pelo merecimento de ver superadas injustiças e distorções históricas que sobre ela se abatem, Delegados e Delegadas Sindicais renovaram a perspectiva de unificação nacional e desenvolvimento da categoria.



## LUTA

Para abordar o terceiro e último eixo, direcionado à “Luta”, foi convidado o ilustre assessor e consultor de entidades sindicais, Prof. Vladimir Nepomuceno. Em sua brilhante exposição, o palestrante sustentou que só com a mudança da correlação de forças no Congresso Nacional será possível impedir o avanço das reformas neoliberais e a recuperação de

direitos dos trabalhadores, inclusive dos servidores públicos. Com a referida palestra, delegados e delegadas puderam formular convicções e raciocínios críticos para embasarem suas decisões relativas às eleições que estão por vir, com importantes elucidações sobre a conjuntura atual, a relevância da formação das bancadas de representação na estrutura do Poder Legislativo e suas implicações no processo de escolha, assim como puderam realizar a leitura sócio-histórica do cenário político do Brasil.



**SEJA UM DELEGADO SINDICAL! O Delegado Sindical é o servidor designado pela base para estabelecer a interlocução entre os Oficiais de Justiça Avaliadores de sua comarca e a Diretoria do SINDOJUS/MG – legítimo representante dos Oficiais. Entre em contato pelo site: [sindojusmg.org.br](http://sindojusmg.org.br)**

# MUITO HÁ DE SE CONCRETIZAR EM 2023: VITÓRIA É O QUE NOS ESPERA!

*Diretoria da FESOJUS-BR*

Foi um ano incansável para a Diretoria da Fesojus-BR. Entre idas e vindas a Brasília, o Congresso passou a ser escritório desta equipe enxuta, mas muito ferrenha em seus objetivos; Câmara e Senado, palco de grandes batalhas e conquista de inúmeros apoios aos pleitos dos Oficiais de Justiça em âmbito Nacional.

No último ano, a Fesojus articulou na votação pela aprovação do Porte de Arma. Uma saga, inclusive, que se iniciou em 2019, quando a Federação apresentou a emenda que acabou por se tornar o texto base das demais que vieram a seguir. Entre Senado e Câmara, há anos a Fesojus-BR vem mobilizando esforços para alteração do Estatuto do Desarmamento, concedendo o Porte de Arma aos Oficiais de Justiça. Inclusive, em Brasília, a Fesojus-BR, representada por seu diretor Luiz Arthur de Souza, entregou nas mãos do ministro da Justiça Anderson Torres, um requerimento demonstrando a necessária e imediata alteração da instrução normativa que excluiu os Oficiais de Justiça do direito ao porte.

Em Brasília, Fesojus-BR ainda pressionou pelo fim do projeto de lei que dispõe sobre a desjudicialização da execução civil (PL 6.204/2019). Visto como um retrocesso, o projeto de desjudicialização vem sendo refutado pela Federação desde que

entrou em pauta no Senado. Nesse sentido, a entidade realizou um intenso trabalho para barra-lo. Uniu-se a tantas outras vozes e, no Congresso Nacional, em Brasília, seus Diretores, junto aos Oficiais de Justiça Estaduais e Federais, da Justiça do Trabalho e Justiça Militar de todo País, uniram forças na luta contra o projeto 6204/19.

A Fesojus-BR atuou também em defesa da remuneração das diligências no Juizado Especial. Em Brasília, trabalhou de forma intensa em defesa do Projeto de Lei nº 3191-19 – “Altera a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais), para ressaltar a gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça”.

Preocupada com a modernização tecnológica ao Oficialato Nacional, a Fesojus-BR ainda trabalhou em Brasília em prol de temas como o PL 379/22, de autoria do Deputado Federal Cleber Verde (REPUBLIC-MA) – um projeto gestado pela Federação que objetiva aprimorar a função do Oficial de Justiça frente ao Código Processo Civil e ao avanço tecnológico.

Debater o PL 379/2022, que visa a modernização do CPC, foi outra bandeira da Fesojus-BR neste último ano. Para a

Diretoria da entidade, o PL tem proposições que tornam o sistema de justiça mais eficiente por intermédio de atribuições desenvolvidas pelo Oficial de Justiça - Agente de Inteligência e Execução do Poder Judiciário, refletindo em uma melhor e mais célere prestação jurisdicional à sociedade.

Por fim, não podemos esquecer da participação da Fesojus-BR como co-organizadora do III CONOJUS – Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça, realizado no mês de março, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Novamente, a Federação está envolvida com a realização deste grande evento em 2023 e espera contar com uma grande participação da categoria, como forma de reiterar sua força e visibilidade. Luta pela união de todos, acreditando ser ela a maior força da categoria.

CNJ, OAB Nacional e STF estiveram muito presentes na agenda da Fesojus-BR em 2022. Reunidos com representantes de diferentes autarquias, os Diretores se preocuparam também em discutir temas comuns da categoria com outras do Judiciário Federal e Estadual. Nesse sentido, os Diretores da Federação acreditam que todo trabalho árduo e de superação obtiveram seu retorno, com a conquista do merecido respeito e credibilidade para a entidade; muito há de se concretizar em 2023: vitória é o que nos espera!

# TRABALHOS DA FPO EM 2022 E PERSPECTIVAS PARA A PRÓXIMA LEGISLATURA

Diretoria do UNOJUS

Após um ano de muitas atividades, a Frente Parlamentar dos Oficiais de Justiça - FPO encerra 2022 com as esperanças renovadas para o trabalho que será desempenhado na próxima legislatura. Com efeito, ao longo de 2022 houve atuação em diversos projetos para aprimorar e valorizar as atividades dos Oficiais de Justiça com o objetivo de elevar a qualidade e efetividade da prestação jurisdicional para o cidadão.

Entre as ações, a Frente Parlamentar trabalhou pela modernização das atribuições dos Oficiais de Justiça, reajuste anual da Indenização de Transporte, inclusão dos Oficiais de Justiça no PL 3723/2019 (porte de arma), inclusão dos Oficiais na PEC 63/2013 (trata da concessão da parcela indenizatória dos quinquênios). O reconhecimento da atividade de risco, isenção de IPI, passe livre, medidas contra os projetos de lei de Desjudicialização da Execução Civil e das intimações, plantão e a solicitação de assento nas ações do CNJ para os Oficiais de Justiça, entre outros, também foram bandeiras de trabalho da Frente neste ano de 2022.

E por intermédio do Instituto UNOJUS, a assessoria da FPO foi responsável pela elaboração de diversos estudos técnicos que auxiliaram os trabalhos da Frente. A título de ilustração, foi elaborado um relatório sobre o PL 4757/2019 e as atribuições dos Oficiais de Justiça, bem uma Nota Informativa referente ao parecer da relatora

Deputada Alê Silva no que tange ao projeto da conciliação e mediação. Também houve cooperação com o Deputado Ricardo Silva para a criação de um Grupo de Trabalho destinado a analisar todos os projetos de lei que estejam relacionados às competências e atribuições dos Oficiais de Justiça.

O UNOJUS também vem realizando estudos para elaboração de um anteprojeto de Lei Orgânica Nacional dos Oficiais de Justiça com o objetivo de uniformizar em todo o país as prerrogativas, patamar remuneratório, requisito de ingresso no concurso, direitos e deveres, de forma a garantir maior segurança jurídica e valorização dos integrantes da carreira de Oficial de Justiça do Brasil inteiro. Do mesmo modo, há pesquisas em andamento sobre a melhor forma de inserir os Oficiais de Justiça na Constituição Federal para aproximar a carreira daquelas mais valorizadas do serviço público e evitar que uma mera lei possa extinguir o cargo.

E o trabalho não para por aqui! Em 2023 a Frente Parlamentar dos Oficiais de Justiça seguirá atuante no Congresso Nacional para garantir melhores condições de trabalho a esses importantes servidores do Judiciário e, consequentemente, obter um melhor atendimento e justiça para a população!



## NÃO EXISTE CONQUISTA SEM UNIÃO CAMPANHA DE CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA SINDICATO FORTE



O SINDOJUS/MG convoca toda a categoria para a Campanha de Contribuição Voluntária – Sindicato Forte. A campanha está de volta para que os Oficiais de Justiça, filiados ou não, possam contribuir com o valor que desejarem.

Sabemos dos desafios e batalhas diárias do Oficial de Justiça e é com muita honra que representamos esta classe. Este projeto é muito mais do que uma arrecadação financeira, buscamos por meio dela, fortalecer nossa instituição com o apoio de todos. Cada Oficial de Justiça pode de livre e espontânea vontade contribuir para a recomposição financeira do SINDOJUS/MG.

Toda a confiança que recebermos será devolvida com nosso empenho.

Necessitamos de seu apoio, faça sua contribuição em [sindojusmg.org.br](http://sindojusmg.org.br)!

PARCEIRO

# SINDOJUS/MG E SEGURALTA VIABILIZAM APÓLICE DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO

Comunicação SINDOJUS/MG

Visando melhorias e benefícios para a categoria dos Oficiais de Justiça mineiros, a Diretoria do SINDOJUS/MG, por meio de seus representantes, viabilizou, junto à Corretora de Seguros SEGURALTA, nossa parceira, Apólice de Seguro de Vida em Grupo, a fim de levar proteção aos filiados durante o exercício de suas funções. Esta modalidade possibilita cobrir o risco de um grupo de segurados. Dessa forma, todos os filiados ou seus dependentes (cônjuge e filhos) são beneficiários da apólice em caso de: morte por acidente; invalidez permanente total ou parcial por acidente; auxílio funeral familiar.

Para saber mais detalhes sobre este importante benefício, entre em contato com o parceiro Flávio Sena, Consultor Especialista em Seguros, que está à disposição para atender aos filiados do Sindicato, de

forma ágil e personalizada, por meio do telefone (31) 99396-3812.

A SEGURALTA trabalha com as maiores seguradoras do país, oportunizando com isso as melhores opções para o filiado, conforme as necessidades individuais de cada um.

O SINDOJUS/MG ratifica a proficiência desta parceria, tendo em vista os diversos benefícios gerados à categoria, sobretudo neste cenário atual de incertezas. Vale destacar sempre que as valorosas parcerias celebradas, como é o caso desta com a SEGURALTA, são sempre pensadas com o objetivo de proporcionar melhores condições e, sobretudo, maior segurança para os Oficiais e Oficiais de Justiça filiados(as) ao Sindicato!

**SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

- Morte Acidental ou Natural
- Invalidez por Acidente
- Cobertura para cônjuge e filhos

**SEGURALTA**

## ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

O SINDOJUS/MG solicita aos seus filiados que, por gentileza, comuniquem à entidade eventuais alterações que tenham havido em seus dados cadastrais – **nome e endereço completos, matrícula no TJMG, nome da comarca em que é lotado, números de telefones fixos (residencial e do local de trabalho) e celular** -, para que possa lhes enviar regularmente o Informativo SINDOJUS/MG, correspondências e outros documentos que se fizerem necessários. O e-mail para contato é [administrativo@sindojusmg.org.br](mailto:administrativo@sindojusmg.org.br).

Desde já, os agradecimentos do SINDOJUS/MG.

